

## OBRAS PÚBLICAS

# Governo arrisca pagar milhões se não relançar TGV até Março

## Empresas podem recorrer à lei para pedir indemnizações elevadas se não avançar o concurso de Lisboa-Poçoirão

MARIA JOÃO BABO  
mbabo@negocios.pt

O Governo diz que avançará com o novo concurso para o troço da alta velocidade Lisboa-Poçoirão, incluindo a terceira travessia do Tejo, "em tempo oportuno", não determinando um calendário concreto na sua proposta de orçamento do Estado para 2011 para relançar o projecto. Caso não o faça até meados de Março do próximo ano, o Executivo corre o risco de ser confrontado com pedidos de indemnização por danos sofridos e lucros cessantes.

José Luís Moreira da Silva, que lidera a direcção de direito público da Sociedade Rebelo de Sousa e Advogados Associados, explicou ao **Negócios** que o Governo está obrigado, pelas regras que ele próprio definiu, a lançar o novo concurso no prazo de seis meses, prazo que começou a contar desde a notificação aos concorrentes do despacho de não adjudicação do procedimento anterior (a qual teve lugar em meados de Setembro passado).

"O Governo tem de lançar novo concurso no prazo de seis meses. Caso contrário, vão chover acções contra o Estado", afirmou Moreira da Silva, explicando que pelo menos o consórcio Tave Tejo, que integra a espanhola FCC, poderá pedir indemnizações pelos danos sofridos e pelos lucros cessantes, já que estava classificado em primeiro lugar na fase inicial do concurso, entretanto anulado. "Em último caso, a Tave Tejo poderia pedir de indemnização o preço que apresentou na sua proposta", que era de 1,87 mil milhões de euros.

Daí que, para o responsável, o

Executivo esteja a correr "um risco grande".

O consórcio Tave Tejo disse recentemente ao **Negócios** estar neste momento a avaliar os custos que teve com a proposta que apresentou no primeiro concurso, que poderá vir a reclamar ao Estado. O agrupamento está ainda a analisar a possibilidade de poder vir a apresentar uma acção contra o Estado e aguarda pelo caderno de encargos do novo concurso para decidir se volta ou não a concorrer.

O Governo alegou a degradação da situação económica e financeira do País e as dificuldades de financiamento para decidir não adjudicar o concurso, pretendendo agora realocar fundos comunitários, que tinham sido atribuídos a Portugal para todo o projecto da alta velocidade, apenas ao eixo Lisboa-Madrid. Nesse sentido, pretende que o troço entre Lisboa e Poçoirão possa contar com 600 a 700 milhões de euros de verbas comunitárias, diminuindo assim a componente relativa à banca comercial.

De acordo com Moreira da Silva, esta realocação de fundos necessita do "ok" da Comissão Europeia. "Não é um processo automático. Passa por uma negociação", explicou o jurista, adiantando que depois do pedido formal feito, Bruxelas tem três meses para se pronunciar.

Em sua opinião, os prazos são apertados para que este projecto seja concluído até ao final de 2013, tendo em conta que o concurso demorará um ano e a construção outros dois.

"Se este concurso resvala para o quadro seguinte, em que Portugal deverá receber menos fundos, o projecto da alta velocidade entre



"Em tempo oportuno" | Relançamento do concurso para troço Lisboa-Poçoirão não está definido no Orçamento para 2011.

Lisboa e Porto poderá ficar em causa", afirmou.

Os fundos comunitários para projectos de infra-estruturas atribuídos neste quadro a Portugal destinavam-se à alta velocidade Lisboa-Madrid e Lisboa-Porto, ao novo aeroporto de Lisboa, à linha de mercadorias Elvas-Badajoz, de ligação do porto de Sines ao "hinterland" espanhol, e à conclusão da CREL e da CRIL. Destas, avançaram apenas os projectos rodoviá-

rios e o troço do TGV Poçoirão-Caia, que faz parte do eixo Lisboa-Madrid.

Quanto aos projectos que ainda não avançaram, na proposta de Orçamento do Estado para 2011, o Governo refere que "a prossecução dos trabalhos na ligação ferroviária Sines-Elvas-Caia é uma das acções a prosseguir na corrente legislativa" e que vai avançar com o processo do novo aeroporto de Lisboa.

## Governo tem de lançar o concurso até Março. Caso contrário vão chover acções contra o Estado.

JOSÉ LUÍS MOREIRA DA SILVA  
Rebelo de Sousa e Advogados

CISION



ID: 32402702

JORNAL DE  
**negócios**

22-10-2010

Tiragem: 16065

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Economia, Negócios e

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 6,65 x 4,22 cm<sup>2</sup>

Corte: 2 de 2



**Governo arrisca**  
pagar milhões se  
não relançar TGV  
até Março **Empresas 10**